



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 17.1.000000220-5-TJM

PROCESSO nº 17.1.000000220-5-DAC/CGA

OFERTA DE COMPRAS: 060101000012017OC00004

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 16/02/2017

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/03/2017 às 11h30

O Senhor Gilson Rosenfeld Roza, Secretário, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c. artigo 8º, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** – Processo nº 17.1.000000220-5-DAC/CGA, objetivando a **contratação de empresa de gerenciamento de abastecimento de combustíveis por postos credenciados**, sob regime de **empreitada por preço unitário**, que será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, alterado pela Resolução CC-52/2009, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Decreto federal 96.044/88 e demais normas legais e técnicas pertinentes ao objeto, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observando-se a Resolução CNJ 7/2005 e alterações posteriores.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no sítio eletrônico

DAC/CGA/SLC – Rua Dr. Vila Nova, 285, 1º Andar, Vila Buarque, São Paulo/SP

CEP: 01222-020 – Tel/Fax – (011) 3218-3224



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis prestados por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, conforme especificações constantes no termo de referência, que integra este edital como Anexo I.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1 O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2 As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

2.2 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

inicialmente o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, e que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.3 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.3.1 Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.3.2 Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.3.3 Que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.3.4 Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

2.3.5 Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.3.6 Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 2.3.7 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 2.3.8 Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 2.3.9 Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 2.3.10 Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 2.4 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- 2.5 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados, no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 2.6 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante no presente pregão eletrônico.
- 2.7 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.8 Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.9.1, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea “f”, do item 5.15 deste edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.5.3 a 4.5.5 deste Edital.
- 2.9 Nos termos da Resolução nº 07/2005 do E. Conselho Nacional de Justiça, fica proibida a contratação de empresa que da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

3 DAS PROPOSTAS

- 3.1 As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção “PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do edital no referido sítio eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.
- 3.2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

3.2.1 Todos os observados nas especificações do termo de referência, constantes no ANEXO I deste Edital;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 3.2.2 Os preços **unitários e total** para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.6, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- 3.3 As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 3.4 A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
- 3.5 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
- 3.5.1 Caso venha a ser CONTRATADA, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

3.5.2 Se a CONTRATADA não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.5, caberá ao ente público CONTRATANTE comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

- 3.6 A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes **[na data da apresentação da proposta], que será considerada a data de referência de preços.**
- 3.7 O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de sua apresentação.
- 3.8 Não será admitida cotação com indicadores inferiores às especificações previstas neste Edital.

4 DA HABILITAÇÃO

O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no 5.15, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (OU cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

4.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
 - c1) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
 - c2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - c3) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) **ou** Certidão Positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
 - c4) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários, expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

c5) Prova de regularidade para com Tributos Municipais, mediante certidão específica - Certidão de Tributos Mobiliários, ou outra equivalente relacionada ao ISS ou ISSQN.

4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;
 - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de capacidade técnica, mediante a apresentação de atestados (s) fornecido (s), necessariamente em nome da licitante, por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, demonstrando aptidão para o fornecimento de serviços similares ao do objeto desta licitação, assim considerada no fornecimento de, pelo menos, 50% do quantitativo indicado no termo de referência, nos termos da Súmula nº 24 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 4.5.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- a) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998; (ANEXO III).
- b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. (ANEXO III).
- c) declaração de responsabilidade ambiental. (ANEXO III).

4.5.2 Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do ANEXO III, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.5.3 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do ANEXO VI, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.5.4 Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do ANEXO VII, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.5.5 Além das declarações exigidas nos itens 4.5.3 e 4.5.4, a comprovação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá ser realizada da seguinte forma:

- a) Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- b) Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- c) Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.6 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.6.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.6.2 O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações elencadas nos itens 4.4 e 4.5 deste Edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e a ampla defesa.

4.6.3 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

5 DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1 No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços, pelo total do item.

5.2 A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

5.2.1 Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

5.2.2 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4 O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3 Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4 Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.5 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

5.5.1 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre eles de R\$ 1.000,00 (um mil reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.5.2 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **preço total do item único, sendo admitida taxa de administração negativa.**

5.6 A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

5.6.1 A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o item 5.6 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática;

5.6.2 Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.6.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

5.6.3 No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

- a) Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.6.4 A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no item 5.8.

5.7 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.8 Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado, por licitante.

5.9 Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.9.1 A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.9.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.9.1.

5.9.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.7, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.10 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.11 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.12 A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores referenciais constantes do CADTERC; quando inexistentes tais valores, será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.13 Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado

5.14 Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do ANEXO IV deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.14.1 O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.14.2 A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do ANEXO IV.

5.14.3 Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.14, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.15 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro por meio do chat eletrônico. Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b” e “c” deste item 5.15, serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, a documentação a que se refere o item 4.4 e o item 4.5 deste Edital.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste item 5.15, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no item 4.2 deste Edital, excetuada a alínea “c3”, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 5.16 A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.15 deverá comprovar sua regularidade fiscal sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.17 A comprovação de que trata o item 5.16 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.18 Ocorrendo a habilitação na forma indicada no item 5.15, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.18, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal.
- 5.19 Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que trata o item 5.16, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo item 5.17.
- 5.20 Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos itens 5.16 a 5.19, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.9, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6 DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 6.1 Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos itens 5.16 a 5.19, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.
- 6.2 Havendo interposição de recurso, na forma indicada no item 6.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Rua Dr. Vila Nova, nº 285, 1º andar – Vila Buarque- SP/SP.
- 6.2.1 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br/ ou www.bec.fazenda.sp.gov.br opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, na Rua Dr. Vila Nova, nº 285, 1º andar – Vila Buarque-SP, observados os prazos estabelecidos no item 6.2.
- 6.3 A falta de interposição na forma prevista no item 6.1 importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente, para homologação e adjudicação.
- 6.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 6.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6.6 A adjudicação será feita na totalidade do objeto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

6.7 A vencedora do certame obriga-se a apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitário e total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

6.7.1 Os novos preços serão apresentados pela licitante vencedora em nova planilha a ser apresentada na sessão pública, ao final da fase de habilitação.

6.7.2 Se a licitante vencedora do certame deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 6.7, no prazo ali mesmo assinalado, os preços finais válidos para a contratação serão apurados pelo CONTRATANTE, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre os preços ofertados na referida proposta.

7 DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2 A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital.

7.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8 DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DAC/CGA/SLC – Rua Dr. Vila Nova, 285, 1º Andar, Vila Buarque, São Paulo/SP

CEP: 01222-020 – Tel/Fax – (011) 3218-3224



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

8.1 O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui ANEXO I deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

8.1.1 A execução dos serviços deverá ter início na data indicada no termo de contrato.

9 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 O objeto do presente certame será executado com vistas à obtenção dos resultados esperados, pelos quais a empresa CONTRATADA terá total responsabilidade, cabendo ao TJMSP a respectiva fiscalização, por meio de servidor designado.

9.2 O abastecimento de veículos e a retirada de óleo diesel em recipiente adequado para o gerador serão realizados nos postos da rede credenciada pela CONTRATADA.

9.3 O óleo diesel retirado em recipiente de PVC será transportado pela CONTRATADA.

9.4 O termo de referência (ANEXO I) bem como as disposições contratuais fornecem mais detalhes sobre a execução do objeto.

9.5 O início dos serviços se dará com o envio, pelo CONTRATANTE, da ordem de início dos serviços.

10 DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

10.1 Os serviços executados serão objeto de medição quinzenal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

11 DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1 Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o ANEXO VIII deste Edital.

12 DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada através de instrumento de contrato o qual integra o presente como ANEXO VIII.

12.1.1 Como condição para assinatura do Contrato, o representante responsável pela licitante vencedora deverá acessar o link a seguir e realizar seu cadastro pessoal: http://sei.tjmsp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=1

12.1.2 O responsável, no ato do cadastramento, deverá indicar um endereço de e-mail válido e ativo, por meio do qual se realizarão todos os demais atos posteriores.

12.1.3 Realizado o Cadastramento, o responsável por ele deverá encaminhar em cópia simples, digitalizada, RG, CPF e comprovante de endereço pessoal, com no máximo 90 (noventa) dias, instrumento de outorga de poderes para assinatura de contrato em nome da CONTRATADA, para o e-mail slc@tjmsp.jus.br, no prazo de 05 dias, para efetivação.

12.1.4 Uma vez efetivado, será disponibilizado ao representante da empresa o acesso ao contrato para coleta de sua assinatura, na forma eletrônica, através de um e-mail válido. Colhidas as assinaturas das partes, valerá como data da assinatura do termo a da última assinatura.

12.1.5 Devidamente assinado o termo, será ele disponibilizado ao vencedor, em formato eletrônico, através do e-mail cadastrado.

12.2 A autenticidade de todos os documentos mencionados poderá ser verificada no link:

DAC/CGA/SLC – Rua Dr. Vila Nova, 285, 1º Andar, Vila Buarque, São Paulo/SP

CEP: 01222-020 – Tel/Fax – (011) 3218-3224



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

http://sei.tjmsp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace_sso_externo=1, através da utilização dos códigos “Verificador” e “CRC” de cada documento.

12.3 O prazo de contratação será de 15 (quinze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

12.4 O objeto desta licitação, durante a execução contratual, poderá sofrer acréscimos ou supressões nos termos e limites da Lei 8.666/93.

12.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 12.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.5 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

12.6 O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, deverão ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.3.1 e 2.3.2 deste Edital.

12.7 Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o CONTRATANTE.

12.8 A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do termo de contrato. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

12.8.1 As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária:

- a) Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, nos moldes do item 5.16, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, do item 5.15;
- b) For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 5.15 a 5.18.
- c) Recusar-se a assinar o contrato, sendo também considerada recusa o decurso de 5 (cinco) dias úteis sem manifestação que a justifique; ou
- d) For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.3 deste Edital;

12.8.2 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

12.8.3 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

12.8.4 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.10 a 5.16 e itens 6.1 a 6.7, todos deste Edital.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

13 DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 13.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.
- 13.2 A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Portaria nº 059/04-Pres/GP, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no endereço eletrônico www.sancoes.sp.gov.br
- 13.3 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 13.4 O CONTRATANTE poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.
- 13.5 A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

14 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 14.1 Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

15 DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

15.1 Os licitantes interessados em participar do presente certame deverão estar cientes da Política Estadual de proteção ao Meio Ambiente, conforme Lei Estadual 9.509/97, em especial os incisos XVII e XVIII, do art. 2º.

16 DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1 Qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

16.2 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”.

16.3 As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

16.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

16.5 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

16.7 A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.2 Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

17.3 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

17.4 O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

- a) Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;
- b) Para os demais, até a etapa de habilitação;

17.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS” e www.bec.sp.gov.br, opção “PREGÃO ELETRÔNICO”.

17.8 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

18 DOS ANEXOS

18.1 Integram o presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Portaria nº 59/04-Pres/GP;
- Anexo III – Declaração de atendimento à legislação estadual;
- Anexo IV – Planilha de preços;
- Anexo V – Declaração anticorrupção;
- Anexo VI – Declaração ME/EPP;
- Anexo VII – Declaração cooperativa;
- Anexo VIII – Minuta de termo de contrato.

São Paulo, 25 de novembro de 2016

Gilson Rosenfeld Roza
Secretário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

O presente certame tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis prestados por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, observadas as normas técnicas aplicáveis.

Os serviços consistirão de:

1.1 Distribuição de:

- c) Gasolina comum, para a frota de veículos;
- d) Etanol, para a frota de veículos;
- e) Óleo diesel, para veículos (abastecimento no posto) e para gerador (recolhido em recipiente de PVC rígido apropriado, diretamente da bomba de combustível nas dependências de posto da rede credenciada e transportado em viaturas do CONTRATANTE);

1.2 Serão atendidos pelo presente contrato, além de gerador para o qual será recolhido óleo diesel diretamente da bomba de combustível, os veículos componentes de frota própria do CONTRATANTE, contidos no Anexo I do instrumento contratual.

1.3 Deve ser fornecido e implantado sistema tecnológico consistente de um aplicativo de gestão de combustíveis, integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

1.4 O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 1.5 São áreas preferenciais aquelas circunscritas num raio máximo de 5 (cinco) quilômetros da base operacional, situada na Rua Dr. Vila Nova, 285, Vila Buarque, São Paulo-SP, nas quais deverá existir um número mínimo de 5 (cinco) postos credenciados, estruturados para fornecimento.
- 1.6 Considerando o deslocamento dos veículos para outras áreas da cidade, será ainda solicitado, no mínimo, um posto para cada uma das regiões administrativas (norte, sul, leste, oeste).
- 1.6.1 Caso a CONTRATADA não possua posto credenciado nas áreas em que se exija apenas 1 (um) posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos do início da vigência do contrato.
- 1.7 A CONTRATADA deverá ter postos credenciados nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Osasco, Barueri, ABCD, Ribeirão Pires, Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá).
- 1.8 A CONTRATADA deverá ainda manter, no mínimo, um posto credenciado em estradas de acesso aos municípios citados no item **1.7**.
- 1.8.1 Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas dos itens **1.7** e **1.8**, o prazo para credenciamento será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da vigência deste contrato.
- 1.9 Nas áreas preferenciais, os postos credenciados deverão prestar serviços, no mínimo, de segunda-feira a sábado, as 7h às 20h, sendo que ao menos 1 (um) posto deve oferecer atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.
- 1.10 O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do CONTRATANTE, deverá ser efetuado pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 1.11 A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes de fornecimento de combustível, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
- 1.12 O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, sempre que for atualizado, o cadastro completo dos veículos, nos moldes do item **2.3**.
- 1.13 Cada veículo terá um único cartão magnético ou micro processado, sendo previsto também 1 (um) cartão para coleta de óleo diesel para gerador.
- 1.14 Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.
- 1.15 O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio e troca de senha de forma *online* e instantânea.
- 1.16 O sistema deverá permitir, para cada veículo, um limite de crédito, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo. Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.17 O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor do contrato.
- 1.18 A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.
- 1.19 O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

independentemente de solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (nome, CNPJ e endereço);
- f) Identificação do veículo (placa) ou anotação de retirada por galão;
- g) Hodômetro no momento do abastecimento, se veículo;
- h) Tipo de combustível;
- i) Data e hora da transação;
- j) Quantidade em litros;
- k) Valor da operação e
- l) Identificação do condutor (nome e registro).

1.20 O sistema deve permitir que os abastecimentos, nos casos de viagem para cidades que não possuam postos credenciados, sejam registrados manualmente conforme solução a ser definida e apresentada pela CONTRATADA.

1.21 O *software* de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões da CONTRATADA devem compreender, no mínimo:

1.21.1 Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento que se efetuar a operação;

1.21.2 Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;

1.21.3 Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e gerador, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

- a) Para a frota e gerador: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros;
- b) Por veículo e gerador: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ (reais) por transação e em R\$ (reais) por mês;
- c) Para o posto: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos punidos com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

suspensão do cadastro de ICMS junto à Fazenda Estadual. A consulta dos postos punidos pode ser feita no sítio eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>;

d) Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.

1.21.4 O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;

1.21.5 Identificação do usuário no momento do abastecimento através de senha pessoal;

1.21.6 Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para a base operacional sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

1.21.7 A exportação de dados, para o *software* de gestão de frota do CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos txt ou xml e ainda possibilidade de formatação de *layout* e campos, conforme necessidade do CONTRATANTE, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

1.22 Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado;

- a) Data do abastecimento;
- b) Quilometragem no momento do abastecimento, para os veículos;
- c) Tipo de combustível;
- d) Valor total do abastecimento;
- e) Valor unitário do abastecimento por litro;
- f) Quantidade em litros;
- g) Identificação do veículo;

1.22.1 O fornecimento pela CONTRATADA do cadastro dos postos credenciados para a migração dos dados ao sistema do CONTRATANTE, com as seguintes informações:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- a) Nome fantasia;
- b) Nome empresarial;
- c) CNPJ;
- d) Inscrição Estadual;
- e) Endereço;
- f) Bairro;
- g) Cidade;
- h) Telefone;
- i) Fax;
- j) Contato e
- k) CEP.

1.22.2 Garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

1.23 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao *software* de gestão de abastecimento compatível com o modelo definido pelo CONTRATANTE;

1.24 O CONTRATANTE deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao *software* de gestão de abastecimento para cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda a frota, de acordo com suas responsabilidades.

1.25 Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

1.25.1 Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e centro de custo, se houver;

1.25.2 Histórico das operações realizadas, contendo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- a) Data;
- b) Hora;
- c) Identificação do estabelecimento;
- d) Identificação do condutor;
- e) Identificação do veículo (placas) ou gerador;
- f) Hodômetro do veículo no momento do estabelecimento;
- g) Tipo de combustível;
- h) Quantidade em litros;
- i) Valor unitário por tipo de combustível;
- j) Valor total da operação em R\$ (reais) ou
- k) Tipo e valor do serviço utilizado.

1.25.3 Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

1.25.4 Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo CONTRATANTE;

1.25.5 Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

1.25.6 Quinzenalmente informar os preços históricos unitário em R\$/l (reais por litro) contratados na última quinzena por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, com respectivo nome, CNPJ e endereço do posto e por região;

1.25.7 Volume de litros gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota e gerador;

1.25.8 Indicação dos desvios de média de consumo do veículo/gerador, tipo de combustível, entre outros;

1.25.9 Desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

1.26 A CONTRATADA deverá implantar o sistema no prazo máximo estipulado pelo cronograma de implantação definido abaixo, contado a partir da vigência do presente contrato.

Atividade	5 dias	10 dias	15 dias	20 dias	25 dias	30 dias
Cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão da CONTRATADA	■					
Confecção e fornecimento dos cartões individuais e periféricos necessários		■	■	■		
Fornecimento ao CONTRATANTE dos dados cadastrais da rede de postos credenciados	■	■	■	■		
Treinamento dos condutores e gestores das frotas					■	■
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das necessidades	■	■	■	■	■	■

1.27 A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de créditos;
- Detalhamento dos procedimentos de utilização do *software* de gestão e emissão de relatórios;
- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- Aplicação prática do sistema;
- Outras informações consideradas oportunas ou necessárias para a correta utilização do sistema.

1.28 O CONTRATANTE estabelecerá, como parâmetro restritivo para utilização do cartão, o limite fixado do preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento, disponibilizado no sítio eletrônico www.anp.gov.br da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis para os dois tipos de combustíveis utilizados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 1.29 O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis com os postos da rede credenciada, visando a obter redução do preço de bomba dos combustíveis nas áreas preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.
- 1.30 Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou negociado diretamente pelo CONTRATANTE com o posto credenciado.
- 1.31 A fim de garantir a obtenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE, nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos/gerador e na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente, que deve consistir na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito em formulário específico da CONTRATADA..
- 1.32 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone e internet, devendo ter uma central de atendimento que permita ao CONTRATANTE o acesso através de ligação local, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, sendo vedado sistema de atendimento eletrônico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO II

PORTARIA Nº 059/04-Pres/GP

O Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, Juiz Doutor **PAULO PRAZAK**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, tendo em vista a necessidade de fixar critérios para a aplicação de multas administrativas de acordo com os artigos 79, 80 e 81 da Lei nº 6.544/89, e 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994;

R E S O L V E:

Artigo 1º – Nos casos de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato e aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estipulado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação de multa correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do respectivo ajuste.

Artigo 2º – A inexecução total ou parcial do ajuste sujeita o contratado às seguintes penalidades, a serem aplicadas alternativamente, prevalecendo a de maior valor:

I – multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, total ou parcial;

II – multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação efetuada para a realização ou complementação da obrigação não cumprida.

Artigo 3º – O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, nos prazos estipulados, sujeitará o contratado à multa, calculada por dia de atraso, respeitado o limite máximo do valor contratado, na seguinte conformidade:

I – atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento);

II – atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,4% (quatro décimos por cento).

Artigo 4º – Se o objeto do contrato ou instrumento equivalente não for



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

aceito, o contratado deverá substituí-lo ou providenciar a sua regularização dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da recusa, sob pena de sujeitar-se às multas do artigo anterior.

Artigo 5º – A base de cálculo das multas previstas nos artigos 2º, 3º e 4º é o valor empenhado da obrigação não cumprida ou cumprida fora do prazo.

Artigo 6º – A reincidência das infrações ensejará a aplicação da multa em dobro.

Artigo 7º – Nas hipóteses de imposição das multas previstas, sua aplicação fica condicionada à prévia defesa do infrator:

I – o infrator deverá ser notificado do inteiro teor da multa, podendo apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação;

II – a autoridade competente, de posse das razões do infrator, decidirá sobre a conveniência ou não da aplicação da multa, mediante despacho fundamentado.

Artigo 8º – As solicitações de prorrogação dos prazos finais previstos para a entrega, somente serão apreciadas se efetuadas em até 5 (cinco) dias antes do término do prazo fixado.

Artigo 9º – A multa deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da respectiva notificação.

Parágrafo Único – O não pagamento da multa no prazo previsto neste artigo acarretará a sua inscrição na dívida ativa, para posterior cobrança judicial.

Artigo 10 – As multas serão aplicadas pelo(a) Secretário(a)-Diretor(a) Geral.

Artigo 11 – Da aplicação das multas previstas caberá recurso à Presidência do Tribunal, que deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação do ato, sob pena de preclusão.

Artigo 12 – A aplicação das multas estabelecidas na presente Portaria não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

exclui da Administração o direito de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar, concomitantemente, outras sanções previstas em Lei e em cláusulas contratuais.

Artigo 13 – A multa será descontada da garantia do respectivo contrato ou cobrada judicialmente.

Artigo 14 – As multas previstas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

Artigo 15 – É facultado o processamento de expediente quando o valor da multa que seria aplicada for irrisório ou inferior ao custo processual que decorrerá para sua cobrança, e desde que o atraso não tenha causado prejuízo à Instituição, devendo o aludido expediente ser arquivado com a devida justificativa.

Artigo 16 – A presente Portaria deverá integrar obrigatoriamente como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação e os contratos sobre obras, serviços ou compras deles decorrentes.

Artigo 17 – As disposições constantes desta Portaria aplicam-se, também, às obras, serviços ou compras que, nos termos da legislação em vigor, forem efetuados com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 18 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 24 de setembro de 2004.

PAULO PRAZAK
Juiz Presidente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO III

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17.1.000000XXX-X-TJM – PROCESSO Nº 17.1.000000XXX-X-DAC/SLC

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 42.911/98, LEI ESTADUAL Nº 10.218/99 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 117 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Eu, _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (nome da pessoa jurídica), C.N.P.J. nº _____ interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 17.1.000000XXX-X-TJM, declaro para os devidos fins que:

- a) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- b) A empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- c) A empresa está ciente da Política Estadual de proteção ao Meio Ambiente, conforme Lei Estadual 9.509/97, em especial os incisos XVII e XVIII, do art. 2º

São Paulo,

.....
(representante legal)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO IV

Planilha de proposta de preços

TIPO DE COMBUSTÍVEL/ SERVIÇO	QUANTIDADE MENSAL (litros/serviço)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL 15 meses (R\$)
Gasolina comum	1066,7		
Óleo diesel	466,7		
Etanol	3333,3		
TOTAL S/ TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			
VALOR TOTAL MENSAL			
VALOR TOTAL PARA 15 MESES			

• Devem ser anexados dados técnicos da proposta, a fim de identificar o atendimento dos requisitos técnicos solicitados. A LICITANTE QUE SE LIMITAR A COPIAR O DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA, ASSUME A RESPONSABILIDADE DE CUMPRÍ-LOS NA SUA ÍNTEGRA, SUJEITANDO-SE ÀS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 8.666/93, PORTARIA 059/2004 – PRES/GP, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS. A LICITANTE QUE SE VALER DE EXPRESSÕES VAGAS DO TIPO “CONF. MEMORIAL” SERÁ SUMARIAMENTE DESCLASSIFICADA;

CASO NÃO SEJAM APRESENTADOS OS PROSPECTOS TÉCNICOS QUE PERMITAM À EQUIPE DE APOIO COMPROVAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS SOLICITADOS, A PROPOSTA SERÁ DESCLASSIFICADA.

FICA SUMARIAMENTE DESCLASSIFICADA A LICITANTE QUE BASEAR A PRESTAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS COM A ATUAL CONTRATADA POR ESTE E. TRIBUNAL.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO
(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, pronto a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 17.1.000000XXX-X-TJM, realizado pelo Tribunal de Justiça Militar.

São Paulo,

Nome e assinatura representante legal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- A cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO VIII

Minuta de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2017

PROCESSO 17.1.000000XXX-X – DAC/CGA

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 60.265.576/0001-02, com sede nesta capital, na Rua Dr. Vila Nova, nº 285, representado neste ato por seu Presidente, infra-assinado, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, representada na forma de seu estatuto/contrato social, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, acordam em firmar o presente contrato, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, combinada com a Lei Estadual nº 6.544/89, a Lei nº Federal 9.605/98 e suas alterações, as normas legais e técnicas pertinentes ao objeto, observada a Resolução CNJ nº 7/2005 e alterações posteriores, nos termos e condições a seguir:

CLÁUSULA 1ª. Do objeto e regime de execução

1.1 São partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº 17.1.000000XXX-X;

1.1.2. A ata da Sessão do Pregão Eletrônico 17.1.000000XXX-X;

1.1.3. A proposta ajustada da empresa vencedora do certame.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- 1.2 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis prestados por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, conforme especificações constantes dos anexos que integram o termo de referência do Edital do Pregão Eletrônico nº **17.1.000000XXX-X**, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo nº **17.1.000000XXX-X** - DAC/CGA, observadas as normas técnicas aplicáveis.
- 1.3 O objeto deste termo poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme o caso, a critério desta Administração, nos termos da Lei de Licitações.
- 1.4 O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA 2ª. Da execução dos serviços

2.1. Os serviços estão detalhados no Anexo I constante no Edital do Pregão Eletrônico nº 17.1.000000XXX-X.

2.2. A presente avença compreende:

2.2.1. Distribuição de:

- a) Gasolina comum, para a frota de veículos;
- b) Etanol, para a frota de veículos;
- c) Óleo diesel, para veículos (abastecimento no posto) e para gerador (recolhido em recipiente de PVC rígido apropriado, diretamente da bomba de combustível nas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

dependências de posto da rede credenciada e transportado em viaturas do CONTRATANTE);

2.3. Serão atendidos pelo presente contrato, além de gerador para o qual será recolhido óleo diesel diretamente da bomba de combustível, os veículos componentes de frota própria do CONTRATANTE, contidos no Anexo I do presente instrumento contratual.

2.4. Deve ser fornecido e implantado sistema tecnológico consistente de um aplicativo de gestão de combustíveis, integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

2.5. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis.

2.6. São áreas preferenciais aquelas circunscritas num raio máximo de 5 (cinco) quilômetros da base operacional, situada na Rua Dr. Vila Nova, 285, Vila Buarque, São Paulo-SP, nas quais deverá existir um número mínimo de 5 (cinco) postos credenciados, estruturados para fornecimento.

2.7. Considerando o deslocamento dos veículos para outras áreas da cidade, será ainda solicitado, no mínimo, um posto para cada uma das regiões administrativas (norte, sul, leste, oeste).

2.7.1. Caso a CONTRATADA não possua posto credenciado nas áreas em que se exija apenas 1 (um) posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos do início da vigência do contrato.

2.8. A CONTRATADA deverá ter postos credenciados nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Osasco, Barueri, ABCD, Ribeirão Pires, Suzano, Mogi das Cruzes,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá).

2.9. A CONTRATADA deverá ainda manter, no mínimo, um posto credenciado em estradas de acesso aos municípios citados no item 2.8.

1.4.1 Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas dos itens 2.8 e 2.9, o prazo para credenciamento será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da vigência deste contrato.

2.10. Nas áreas preferenciais, os postos credenciados deverão prestar serviços, no mínimo, de segunda-feira a sábado, as 7h às 20h, sendo que ao menos 1 (um) posto deve oferecer atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

2.11. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do CONTRATANTE, deverá ser efetuado pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.

2.12. A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes de fornecimento de combustível, ficando claro que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

2.13. O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA, sempre que for atualizado, o cadastro completo dos veículos, nos moldes do item 2.3.

2.14. Cada veículo terá um único cartão magnético ou micro processado, sendo previsto também 1 (um) cartão para coleta de óleo diesel para gerador.

2.15. Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da mesma a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como identifique as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

2.16. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio e troca de senha de forma *online* e instantânea.

2.17. O sistema deverá permitir, para cada veículo, um limite de crédito, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo. Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.18. O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor do contrato.

2.19. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

2.20. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente de solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (nome, CNPJ e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa) ou anotação de retirada por galão;
- c) Hodômetro no momento do abastecimento, se veículo;
- d) Tipo de combustível;
- e) Data e hora da transação;
- f) Quantidade em litros;
- g) Valor da operação e
- h) Identificação do condutor (nome e registro).

2.21. O sistema deve permitir que os abastecimentos, nos casos de viagem para cidades



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

que não possuam postos credenciados, sejam registrados manualmente conforme solução a ser definida e apresentada pela CONTRATADA.

2.22. O *software* de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões da CONTRATADA devem compreender, no mínimo:

2.22.1. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento que se efetuar a operação;

2.22.2. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;

2.22.3. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e gerador, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

- a) Para a frota e gerador: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros;
- b) Por veículo e gerador: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ (reais) por transação e em R\$ (reais) por mês;
- c) Para o posto: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos punidos com suspensão do cadastro de ICMS junto à Fazenda Estadual. A consulta dos postos punidos pode ser feita no sítio eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>;
- d) Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.

2.22.4. O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;

2.22.5. Identificação do usuário no momento do abastecimento através de senha pessoal;

2.22.6. Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

disponibilizados, se necessário, para a base operacional sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

2.22.7. A exportação de dados, para o *software* de gestão de frota do CONTRATANTE, permitindo a leitura de arquivos txt ou xml e ainda possibilidade de formatação de *layout* e campos, conforme necessidade do CONTRATANTE, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado;
- b) Data do abastecimento;
- c) Quilometragem no momento do abastecimento, para os veículos;
- d) Tipo de combustível;
- e) Valor total do abastecimento;
- f) Valor unitário do abastecimento por litro;
- g) Quantidade em litros;
- h) Identificação do veículo;

2.22.8. O fornecimento pela CONTRATADA do cadastro dos postos credenciados para a migração dos dados ao sistema do CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- a) Nome fantasia;
- b) Nome empresarial;
- c) CNPJ;
- d) Inscrição Estadual;
- e) Endereço;
- f) Bairro;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- g) Cidade;
- h) Telefone;
- i) Fax;
- j) Contato e
- k) CEP.

2.22.9. Garantia da segurança e integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

2.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao *software* de gestão de abastecimento compatível com o modelo definido pelo CONTRATANTE;

2.24. O CONTRATANTE deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao *software* de gestão de abastecimento para cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda a frota, de acordo com suas responsabilidades.

2.25. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

2.25.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e centro de custo, se houver;

2.25.2. Histórico das operações realizadas, contendo:

- a) Data;
- b) Hora;
- c) Identificação do estabelecimento;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- d) Identificação do condutor;
- e) Identificação do veículo (placas) ou gerador;
- f) Hodômetro do veículo no momento do estabelecimento;
- g) Tipo de combustível;
- h) Quantidade em litros;
- i) Valor unitário por tipo de combustível;
- j) Valor total da operação em R\$ (reais) ou
- k) Tipo e valor do serviço utilizado.

2.25.3. Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

2.25.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo CONTRATANTE;

2.25.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

2.25.6. Quinzenalmente informar os preços históricos unitário em R\$/l (reais por litro) contratados na última quinzena por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, com respectivo nome, CNPJ e endereço do posto e por região;

2.25.7. Volume de litros gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota e gerador;

2.25.8. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo/gerador, tipo de combustível, entre outros;

2.25.9. Desconto sobre o preço da bomba, quando for o caso.

2.26. A CONTRATADA deverá implantar o sistema no prazo máximo estipulado pelo cronograma de implantação definido abaixo, contado a partir da vigência do presente contrato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Atividade	5 dias	10 dias	15 dias	20 dias	25 dias	30 dias
Cadastramento dos veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão da CONTRATADA	■					
Confecção e fornecimento dos cartões individuais e periféricos necessários		■	■	■		
Fornecimento ao CONTRATANTE dos dados cadastrais da rede de postos credenciados	■	■	■	■		
Treinamento dos condutores e gestores das frotas	■	■	■	■	■	■
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das necessidades	■	■	■	■	■	■

2.27. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- a) Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de créditos;
- b) Detalhamento dos procedimentos de utilização do *software* de gestão e emissão de relatórios;
- c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- d) Aplicação prática do sistema;
- e) Outras informações consideradas oportunas ou necessárias para a correta utilização do sistema.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

2.28. O CONTRATANTE estabelecerá, como parâmetro restritivo para utilização do cartão, o limite fixado do preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento, disponibilizado no sítio eletrônico www.anp.gov.br da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis para os dois tipos de combustíveis utilizados.

2.29. O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis com os postos da rede credenciada, visando a obter redução do preço de bomba dos combustíveis nas áreas preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

2.30. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou negociado diretamente pelo CONTRATANTE com o posto credenciado.

2.31. A fim de garantir a obtenção das informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do CONTRATANTE, nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos/gerador e na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente, que deve consistir na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de abastecimento a ser transcrito em formulário específico da CONTRATADA..

2.32. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone e internet, devendo ter uma central de atendimento que permita ao CONTRATANTE o acesso através de ligação local, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, sendo vedado sistema de atendimento eletrônico.

CLÁUSULA 3ª. Da vigência

3.1. Quanto ao item, o presente instrumento tem vigência de 15 (quinze) meses, contados de ___/___/2017, exaurindo seus efeitos em ___/___/2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

3.1.1. O prazo do presente ajuste, aludido no item 3.1, poderá ser prorrogado, a critério desta Administração, observando-se as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666/93.

3.1.2. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o item 3.1.1, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

3.2. O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigos 75 a 82 da Lei Estadual nº 6.544/89.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 77 da Lei Estadual nº 6.544/89.

CLÁUSULA 4ª. Da medição dos serviços prestados

4.1. Após o término de cada quinzena do mês, sendo a primeira correspondente ao período do 1º ao 15º dia do mês e, a segunda, do 16º ao último dia do mês, a CONTRATADA deverá apresentar, na quinzena em referência, um relatório discriminando os abastecimentos realizados no período.

4.2. As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas como segue:

4.2.1. No primeiro dia útil subsequente à quinzena em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e seus respectivos valores, contendo as seguintes informações:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- a) Identificação do posto (nome, CNPJ e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa) ou anotação de retirada por meio de galão;
- c) Hodômetro no momento do abastecimento, se veículo;
- d) Tipo de combustível;
- e) Data e hora da transação;
- f) Quantidade em litros;
- g) Valor da operação de abastecimento e
- h) Identificação do condutor (nome e registro).

4.2.2.O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação para a emissão da nota fiscal.

4.2.3.Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

- a) A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto deste contrato pela Taxa de Administração de ___% (_____ por cento) sobre o preço praticado em posto da rede credenciada, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.
- b) A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento da frota de veículos e do gerador na quinzena em referência, constante do relatório de despesa, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, segundo a fórmula:

$$P = (1 + T/100) * G, \text{ onde:}$$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

P = valor total do pagamento em determinada quinzena

T = taxa de administração

G = gastos incorridos pelo CONTRATANTE com abastecimento

4.2.4. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba ou do negociado diretamente pelo CONTRATANTE com o posto credenciado.

4.2.5. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição quinzenal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento do relatório, o valor apurado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores apurados.

4.2.6. As faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA contra o CONTRATANTE, e apresentadas na Seção de Finanças (sf@tjmsp.jus.br).

CLÁUSULA 5ª. Do valor, das condições de pagamento e da dotação orçamentária

5.1. Para fins legais, atribui-se ao presente contrato o montante de R\$ _____ (_____).

5.2. Os pagamentos das faturas serão feitos, desde que atestadas e verificada a devida regularidade dos serviços, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período quinzenal de execução dos serviços (Decreto Estadual nº 43.914/99, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 44.781/00).

5.3. A não observância dos prazos previstos no item 4.2.5 para apresentação das faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

5.4. Os pagamentos serão realizados em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS e de Previdência Social, correspondentes ao período de execução dos serviços.

5.5. Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE da fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

5.5.1. As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas, que deverão corresponder ao período de execução, são:

- a) Protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social;
- b) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, gerada e impressa pelo SEFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet.

5.5.2. A não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

5.6. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN é devido no município em que a prestação de serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116/03.

5.6.1. Quando da emissão de fatura, a CONTRATADA deverá destacar o valor de retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”, exclusivamente, para o serviço de intermediação, ou seja, aquele referente ao valor da Taxa de Administração.

5.6.2. Para os serviços prestados no município de São Paulo, conforme Lei Municipal nº 13.701/03, em especial em seu artigo 9º, parágrafo 2º, Decretos Municipais nº 53.151/12 e 56.235/15 e Lei Municipal nº 16.280/15, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

valor correspondente à parcela de serviços de intermediação destacada na fatura apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

5.6.3. Para os serviços prestados nos demais municípios, será verificada a respectiva alíquota do ISSQN vigente relativa aos serviços em questão, bem como prazo para recolhimento.

5.6.4. Para os municípios em que a legislação municipal não determina a retenção do ISSQN pelo CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA apresentar comprovação de recolhimento de tal tributo por meio de cópia autenticada da guia de recolhimento correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciada à data de emissão da fatura.

5.7. Caso, quando da apresentação da fatura, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, INSS e do ISSQN, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

5.7.1. A não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

5.8. O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, ainda que seja negativo.

5.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

5.10. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A.

5.11. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore* em relação ao atraso verificado.

5.12. O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas, sendo cada uma delas autônoma e a aplicação de uma não exclui a outra.

5.13. A execução do presente ajuste deverá onerar o Programa de Trabalho nº 02061060048320000, natureza da despesa 33903979, Categoria Econômica 3000 – Despesas Correntes.

CLÁUSULA 6ª. Das obrigações das partes

6.1. São obrigações do CONTRATANTE:

6.1.1. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato, considerada a natureza dos mesmos;

6.1.2. Receber os serviços objeto do presente contrato nos termos e condições pactuados;

6.1.3. Cumprir os prazos de pagamento estipulados neste instrumento e na legislação;

6.1.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato através de fiscal designado por ato próprio, de acordo com o sistema de gestão integrado, assegurando-se do bom desempenho e da qualidade dos serviços prestados;

6.1.5. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

que tenham a executar;

6.1.6. Comunicar à CONTRATADA, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

6.1.7. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;

6.1.8. Responsabilizar-se pelo recolhimento do comprovante de abastecimento e da correspondente nota fiscal de cada transação efetuada;

6.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.

6.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

6.2.1. Manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, as condições de habilitação estabelecidas pelos artigos 27 a 30 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.2.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente;

6.2.3. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, relativos a abastecimento de combustíveis, frisando-se que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;

6.2.4. Responsabilizar-se pelos serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou de uso de materiais inadequados ou inferiores, que deverão ser reparados, reconstruídos, corrigidos, substituídos ou removidos, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alterações no prazo contratual;

6.2.5. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos causados ao CONTRATANTE, a terceiros e ao meio ambiente, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

6.2.6. Designar preposto e substituto para representá-la na execução do contrato, informando todos os meios hábeis a contatá-los bem como, de imediato, qualquer alteração nesses dados;

6.2.7. Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões micro processados para cada veículo cadastrado e informado pelo CONTRATANTE e para o gerador, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do CONTRATANTE;

6.2.8. Ministrando treinamento visando à capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema;

6.2.9. Credenciar somente os postos que não estejam relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Estadual nº 11.929/05 e Portaria da Secretaria da Fazenda CAT 02/11.

6.2.10. Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS, relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Estadual nº 11.929/05 e Portaria da Secretaria da Fazenda CAT 02/11.

6.2.11. Não credenciar ou descredenciar posto de abastecimento de combustível que esteja sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial das regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e CETESB;

6.2.12. Comunicar ao CONTRATANTE quando da transferência, retirada ou substituição de postos credenciados.

6.2.13. Atender, de imediato, às solicitações do CONTRATANTE, quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestações dos serviços;

6.2.14. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

relacionados aos serviços contratados;

6.2.15. Atender, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, às convocações para assinatura de termos referentes à presente avença;

6.2.16. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustíveis, a cargo dos estabelecimentos credenciados;

6.2.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

6.2.18. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para o CONTRATANTE, se não previstas neste instrumento;

6.2.19. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, no acompanhamento da execução do serviço, fornecendo todos os dados técnicos, informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como atendendo às reclamações formuladas;

6.2.20. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

6.2.21. Providenciar junto aos órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente contrato;

6.2.22. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça Militar, por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

6.2.23. Dar fiel cumprimento às disposições deste termo, bem como às existentes em legislação pertinente ao objeto deste contrato.

6.3. O inadimplemento das obrigações sociais e trabalhistas por parte da CONTRATADA não transfere ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por seu pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

6.4. É vedada à CONTRATADA a transferência do presente contrato, no todo ou em parte, e a subcontratação dos serviços objeto da presente avença.

6.5. A CONTRATADA não poderá, durante a vigência desta avença, possuir sócio ou contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupante de cargo de direção e de assessoramento, de membro ou juiz vinculado ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA 7ª. Das sanções por inadimplemento

7.1. Sem prejuízo da rescisão prevista na CLÁUSULA 8ª, pelo inadimplemento serão aplicadas as sanções estabelecidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 c.c. o artigo 80 da Lei Estadual nº 6.544/89 e as previstas na Portaria nº 059/04 – Pres/GP, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA 8ª. Da rescisão

8.1. O presente termo poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, mediante ato da Presidência e aviso por escrito, independentemente de quaisquer outras formalidades judicial ou extrajudicial, sem nenhuma indenização à CONTRATADA, seja a que título for, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Quando se verificar processo de falência, concurso de credores ou insolvência da CONTRATADA, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução dos serviços;

a) Se ocorrer manifesta impossibilidade de a CONTRATADA dar cabal e perfeito cumprimento das obrigações assumidas;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

- b) Protestos de títulos ou emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- c) Se a CONTRATADA transferir ou ceder, no todo ou em parte, os direitos e/ou as obrigações decorrentes do Contrato, sem anuência por escrito do CONTRATANTE;
- d) Por razões de interesse do serviço público;
- e) Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2. Rescindido o contrato, a CONTRATADA terá um prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação da rescisão contratual no Diário da Justiça Militar Eletrônico, para recolher os cartões e periféricos fornecidos para a execução desta avença.

CLÁUSULA 9ª. Do Foro

9.1. Fica eleito o Foro desta Capital para dirimir as questões oriundas deste Termo.

E por estarem assim acordados, assinam as partes o presente Termo em via eletrônica para os fins nele descritos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATO: XXX/2017

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA:

OBJETO: Gerenciamento de abastecimento de combustíveis

Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO IX

Tabela de veículos

Prefixo	Modelo	Placa	Chassis	Hodômetro	Ano / Modelo	Tipo de combustível	Capacidade do tanque (l)
COB2100	Cobalt 1.4 LT	DJM-2100	9BGJB69X0CB322053	71.309	12/12	flex	54
COB2112	Cobalt 1.4 LT	DJM-2112	9BGJB69X0CB321879	63.526	12/12	flex	54
COB2303	Cobalt 1.4 LT	DJM-2303	9BGJB69X0CB321380	54.412	12/12	flex	55
COB2316	Cobalt 1.4 LT	DJM-2316	9BGJB69X0CB322585	56.913	12/12	flex	56
COB2318	Cobalt 1.4 LT	DJM-2318	9BGJB69X0CB322579	62.912	12/12	flex	57
COR5202	Corolla 2.0 XEi	DJL- 5202	9BRBD48E2B2527316	58.104	10/11	flex	60
COR5224	Corolla 2.0 XEi	DJL- 5224	9BRBD48E3B2527454	87.913	10/11	flex	60
COR5222	Corolla 2.0 XEi	DJL- 5222	9BRBD48E7B2527389	144.011	10/11	flex	60
COR5221	Corolla 2.0 XEi	DJL- 5221	9BRBD48E8B2527336	140.070	10/11	flex	60
COR5228	Corolla 2.0 XEi	DJL- 5228	9BRBD48E9B2527443	140.592	10/11	flex	60
COR7838	Corolla AltisFlex	FDY-7838	9BRBD3HE7F0252232	23.524	15/15	flex	60
COR1489	Corolla AltisFlex	FBY-1489	9BRBD3HE9F0252622	37.375	15/15	flex	60
COR0326	Corolla AltisFlex	FBC-0326	9BRBD3HE9F0253817	34.723	15/15	flex	60
COR2488	Corolla AltisFlex	FDY-2488	9BRBD3HE1F0253439	51.216	15/15	flex	60
COR3960	Corolla AltisFlex	FAN-3960	9BRBD3HE3F0253331	74.053	15/15	flex	60
COR8407	Corolla AltisFlex	FAB-8407	9BRBD3HE9F0253155	98.192	15/15	flex	60
COR5992	Corolla AltisFlex	FBH-5992	9BRBD3HE3F0252647	17.730	15/15	flex	60
DUC6056	FIAT/DUCATO	DJM-6056	93W244F14E2121002	8.241	13/14	diesel	80
BOX8882	PEUGEOT / BOXER	EEF-8882	936ZCPMNC92039654	11.801	09/09	diesel	80
FOX5379	VW/ FOX 1.6 PLUS	DJP-5376	9BWK05Z774108375	160.878	07/07	flex	50
FOX5373	VW/ FOX 1.6 PLUS	DJP-5373	9BWK05Z274108381	180.238	07/07	flex	50
LAN9883	YAMAHA/ LANDER XTZ 250	BYY-9883	9C6KG0210A0042635	3.210	10/10	gasolina	16
LAN4250	YAMAHA/LANDER XTZ 250	FCH-4250	9C6KG0210F0073027	17.436	14/15	gasolina	16
GER001	GERADOR	-	-	-	-	diesel	250

DAC/CGA/SLC – Rua Dr. Vila Nova, 285, 1º Andar, Vila Buarque, São Paulo/SP

CEP: 01222-020 – Tel/Fax – (011) 3218-3224



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

ANEXO X

Quantitativo estimado de combustíveis

Tipo de combustível	Quantidade de veículos	Previsão de consumo mensal (l)	Previsão de consumo total em I (15 meses)
Gasolina comum*	19	1066,66	16 mil
Diesel	2 + gerador	466,66	7 mil
Etanol*	19	3333,33	50 mil

*Considerar os veículos flex, quantificados tanto para gasolina comum quanto para etanol.